INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

ISSB – O que muda na CBARI

Comitê Gestor CBARI

10/08/2022

Que Padrão Escolher

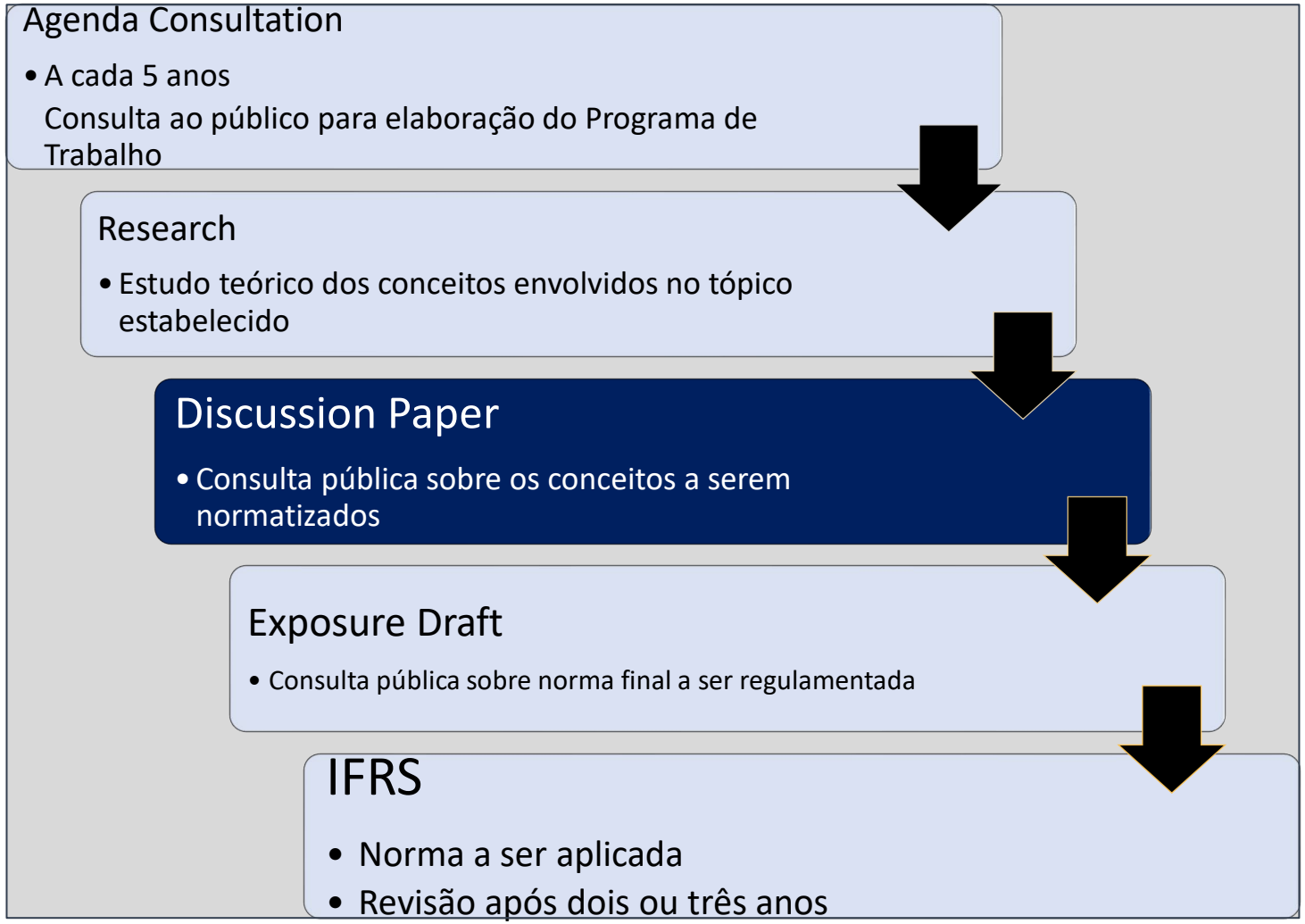
US GAAP ?

JP GAAP ?

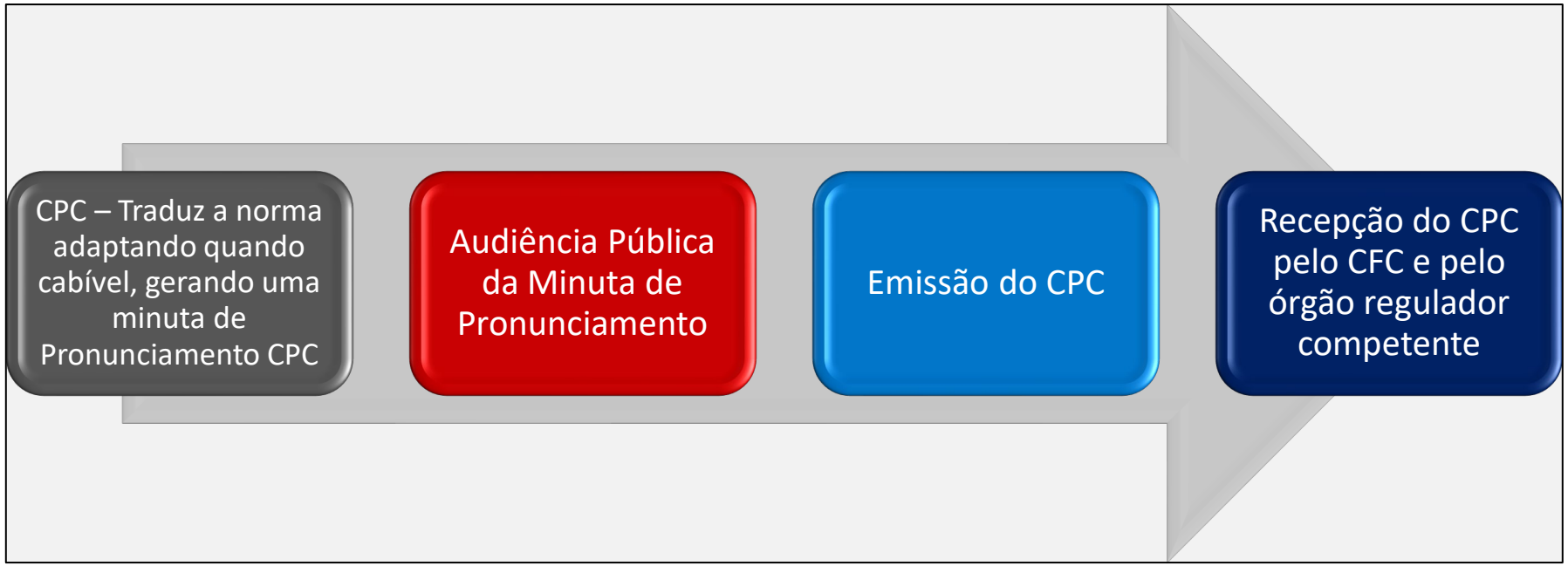
BR GAAP?

IFRS?

Fluxo de Geração de uma Norma IFRS



Fluxo da Regulamentação Contábil no Brasil



Relatórios Corporativos –
visão do mercado pré-Relato Integrado

Importância do Reporte Corporativo

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

O quê?

Desempenho Financeiro

Informação Financeira

Informação pré-financeira

Participantes do IIRC

O IBGC e a USP são membros do Conselho Internacional do Relato Integrado

O IASB, o FASB, o IFAC, etc são membros do Conselho Internacional do Relato Integrado

EMPRESAS	REGULADORES	INVESTIDORES
•Microsoft •Novo Nordisk •Nestlé •HSBC •GE •China Light & Power •EDF	•IOSCO •Tokyo Stock Exchange •London Stock Exchange •Financial Stability Board	•UN PRI •ICGN •Hermes EOS •Aviva Investors •**IBGC** •APG •French Government Fund •INCR •UNEP FI

NORMATIZADORES	ONGS e Entidades Contábeis	ACADEMIA
• IASB • FASB • IFAC • GRI • CDSB	• UNCTAD • Banco Mundial • IFAC • JICPA • Big 4s	• WWF • WRI • A4S • Harvard University • **USP** • Univ. New Soth Wales

Coalisão

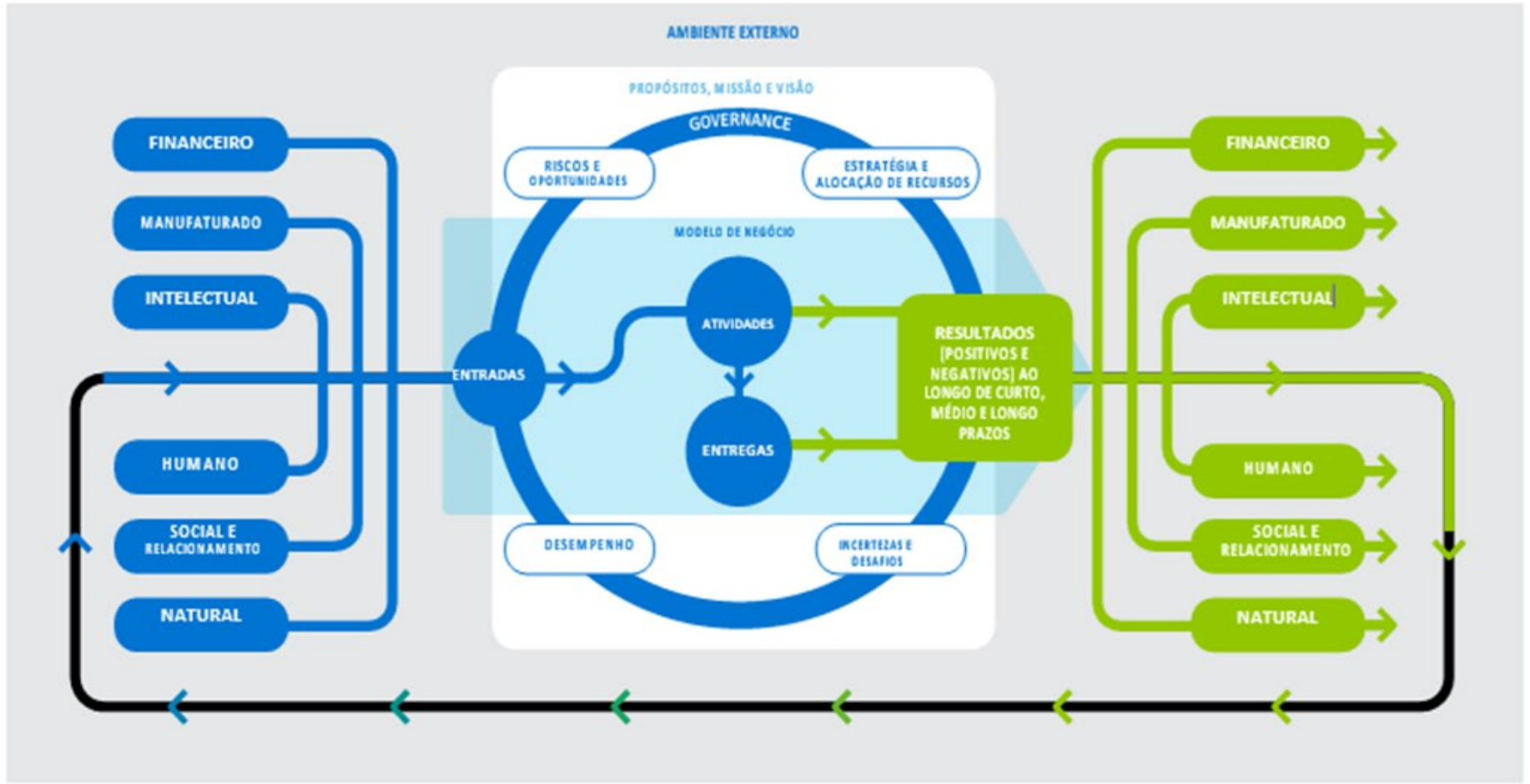
2: We listened to key players from across the landscape together, via the Integrated Reporting Council

O que é Relato Integrado?

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

	Pré Relato Integrado	Relato Integrado
Foco	Relatório	Processo de Reportar (Relatório é consequencia)
Elaboração	Equipe de Reporte	Fim dos silos, inclui Alta Administração
Conteúdo	O que deu certo	Desempenho (inclui fracassos)
Objetivo	Compliance	Accountability
Horizonte	Desempenho passado	Inclui estratégia futura
Elementos	Informação Financeira	Informação Financeira + Pré financeira
Amplitude	Detalhe	Relevância (Concisão)

Processo de Geração (Erosão) de Valor



7: We engaged key partners to drive adoption for certain markets and sectors

- Integrated Reporting Committee of South Africa
- Integrated Reporting Council of Africa
- Business Reporting Leaders Forum of Australia
- Integrated Reporting Turkey Network (ERTA)
- Italian Foundation for Business Reporting (OIBR)
- Brazilian Commission on Integrated Reporting
- Latin America Hispanic <IR> Working Group
- <IR> U.S. Community
- The Observatoire de l'Immateriel France
- The Schmalenbach Working Group on Integrated Reporting Germany
- <IR> ASEAN Committee
- Indonesian Integrated Reporting Working Group
- <IR> New Zealand Network
- IFAC's <IR> for Professional Accountancy Bodies
- <IR> Technology Initiative
- World Bank's <IR> Public Sector Programme
- <IR> Academic Network
- Integrated Thinking & Strategy Group
- <IR> Banking Network

5: We founded the Corporate Reporting Dialogue to drive alignment, back in 2014

Corporate Reporting Dialogue launched, responding to calls for alignment in corporate reporting

17 June 2014, Amsterdam – The Corporate Reporting Dialogue (CRD), introduced by the International Integrated Reporting Council (IIRC), brings together organizations that have significant international influence on the corporate reporting landscape. By working together towards a common goal, participants aim to respond to market calls for better alignment and reduced burden in corporate reporting.

Participants: CDP; Climate Disclosure Standards Board (CDSB); Financial Accounting Standards Board (FASB); Global Reporting Initiative (GRI); International Accounting Standards Board (IASB); International Integrated Reporting Council (IIRC); International Organization for Standardization (ISO); Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Jornada do Relato Integrado

INTEGRATED REPORTING REGIONAL COMMITTEE

2004
Criação do Accounting for Sustainability

2010
Criação do IIRC - International Integrated Reporting Council

2012
Parágrafo 47 recomenda relatórios Integrados

2013
Programa Piloto
Corporate Reporting Dialogue.
Framework 1.0
Divulgação

2020
Memorando de Trabalho Conjunto
Solicitação da IFAC
Audiência Pública da IFRS Foundation
Protótipo Relato sobre Clima
WEF + Big Four - KPIS

2021
Inicio atividade da VRF em 09/06/2021

2022
Inicio atividade da ISSB em julho 2022

Mandatório x Voluntário

Prós

- Engajamento
- Endorsement
- Menor custo de observância

Contras

- Escolha enviesada
- Falta de uniformidade
- Falta de completude
- Falta de comparabilidade
- Falta de disponibilidade
- Possibilidade de Greenwashing

Prós

- Uso de um padrão
- Normas principiológicas
- Menor custo de observância
- Informação comparável e disponível
- Melhor supervisão e asseguração

Contras

- Custo de implantação (se necessário)
- Risco de “check-list”
- Tempo e investimento para mudança de cultura

Framework x Standards

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

Framework

Conteúdo

Conceitos e Definições

Mensuração

Não Aplicável

Reconhecimento

Informação Narrativa/qualitativa

Standards

Conteúdo

Tratamento Específico

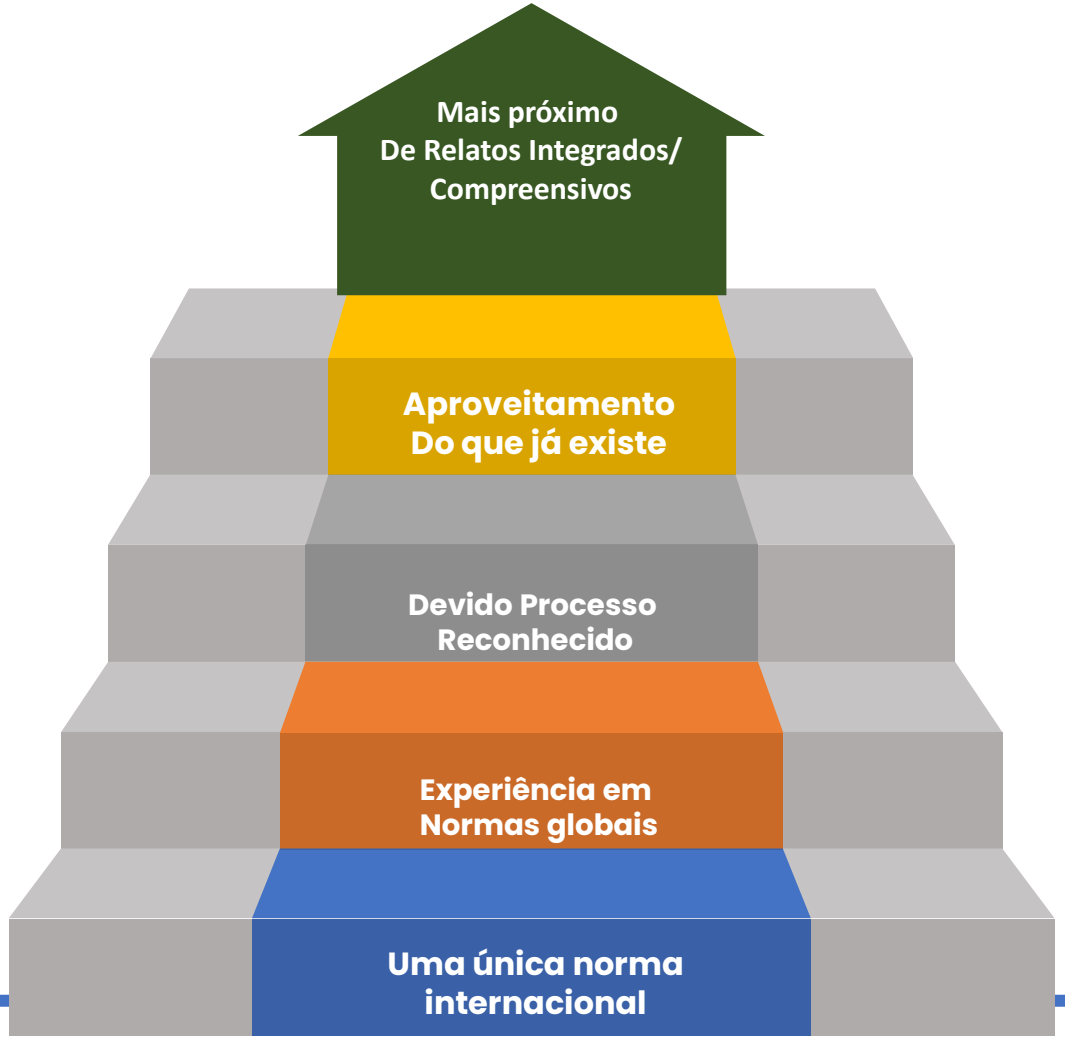
Mensuração

Aplicável

Reconhecimento

Informação formalmente registrada/quantitativa

Vantagens de Normatização via IFRS Foundation



Mais transparência – maior estabilidade de mercado

Maior facilidade de asseguração – maior confiança na informação

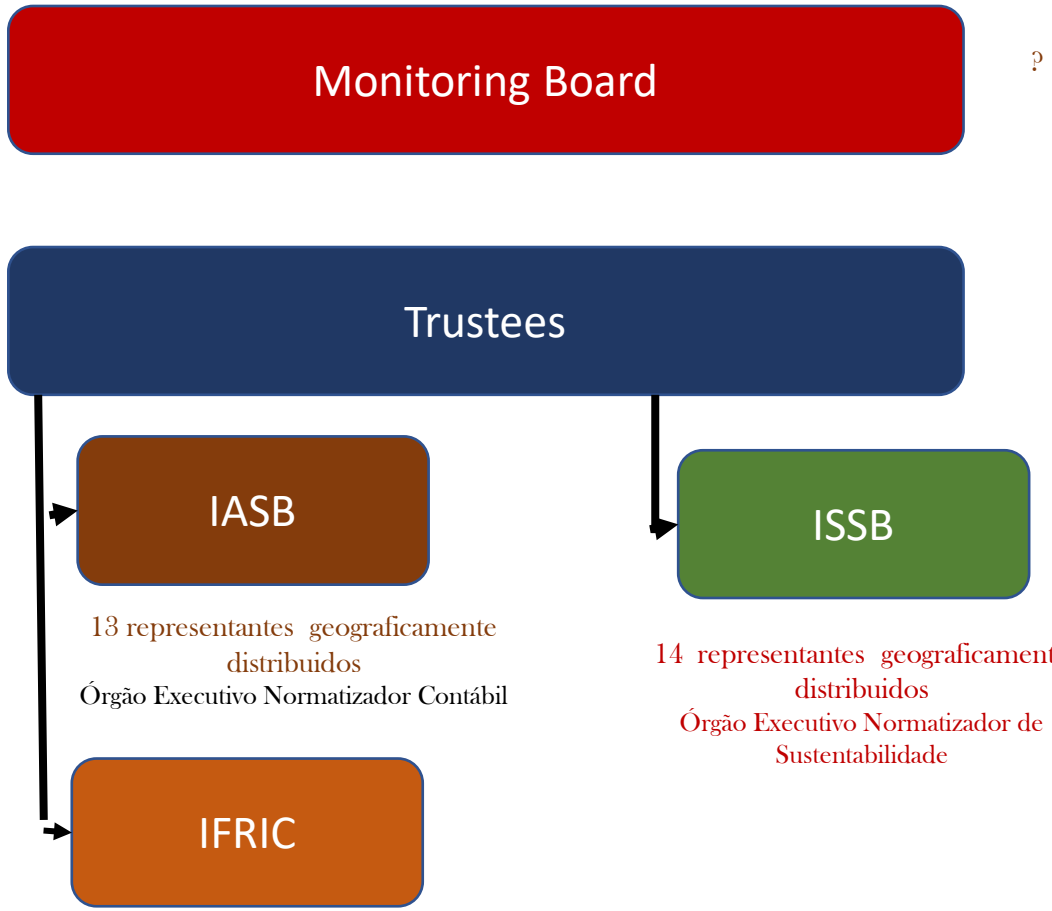
Menor risco de inconsistências – maior utilização no processo decisório

Comparabilidade

Aceleração do processo regulatório

Nova Estrutura da IFRS Foundation

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE



? Autoridades do Mercado de Capitais + Sustentabilidade
Supervisão do Devido Processo

? representantes geograficamente distribuídos + Sustentabilidade
Funding & Estratégia

13 representantes geograficamente distribuidos
Órgão Executivo Normatizador Contábil

14 representantes geograficamente distribuidos
Órgão Executivo Normatizador de Sustentabilidade

15 representantes geograficamente distribuidos
Interpretação - Órgão de Apoio à Aplicação das Normas Contábeis

Advisory Fórum

& Advisory Council

+ Other Consultative Groups

representantes geograficamente distribuídos = Sustentabilidade
Apoio aos Trustees e órgãos executivos

Nova Estrutura

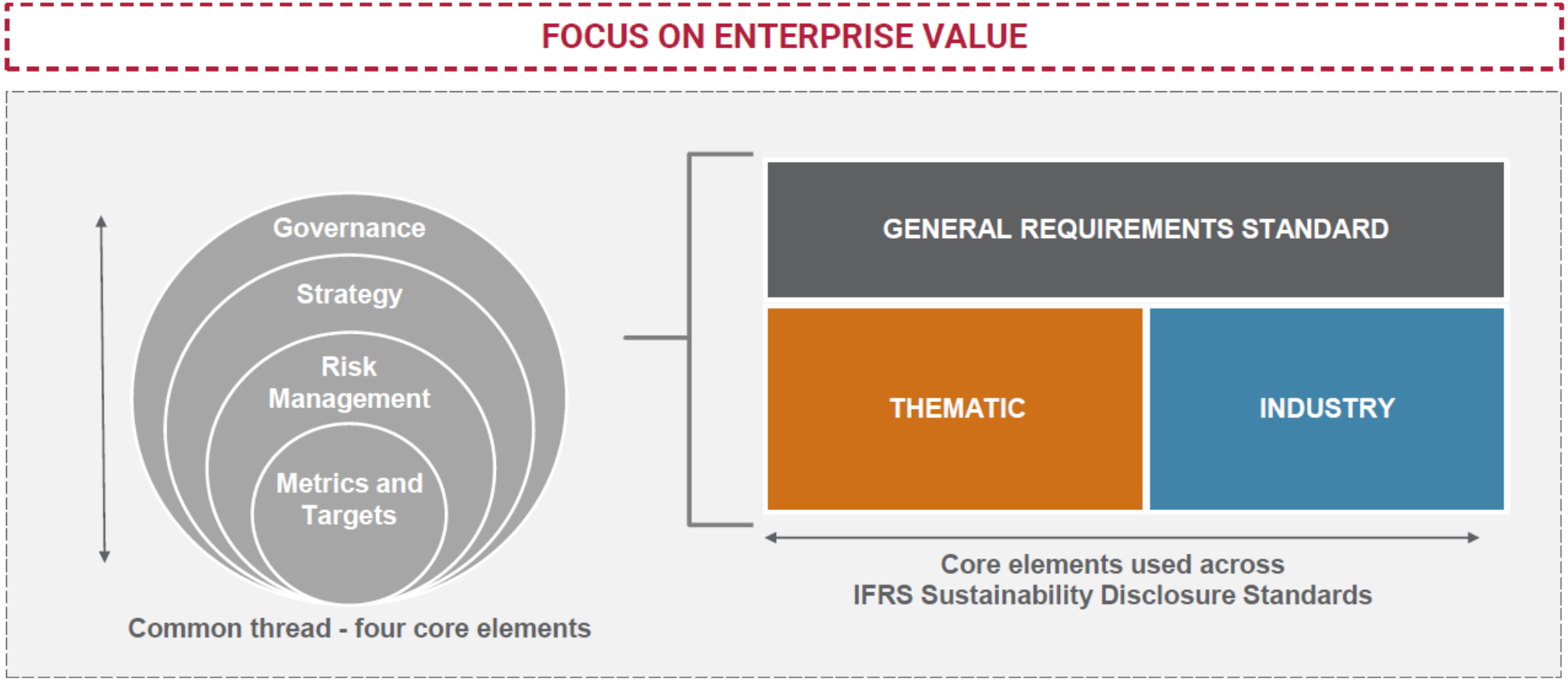
Primeiro Tópico: Efeito Clima

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

TCFD – Task Force for Climate Financial Disclosure

Climate first but not “Climate Only”

Estrutura dos futuros relatórios



Tendência de Regulamentação - Mundo

Diretrizes para publicação de informação de sustentabilidade pelas companhias listadas a partir de 2022.

Aprovadas em fevereiro/21

SEC

Extensão da Diretriz de relatórios de sustentabilidade e padronização estabelecida pelo EFRAG a partir de outubro de 2022

Decisão em abril 2021

EU

- Alinhamento com a IFRS Foundation na elaboração de um padrão global de Relatório de Sustentabilidade
- Consulta pública rating de sustentabilidade

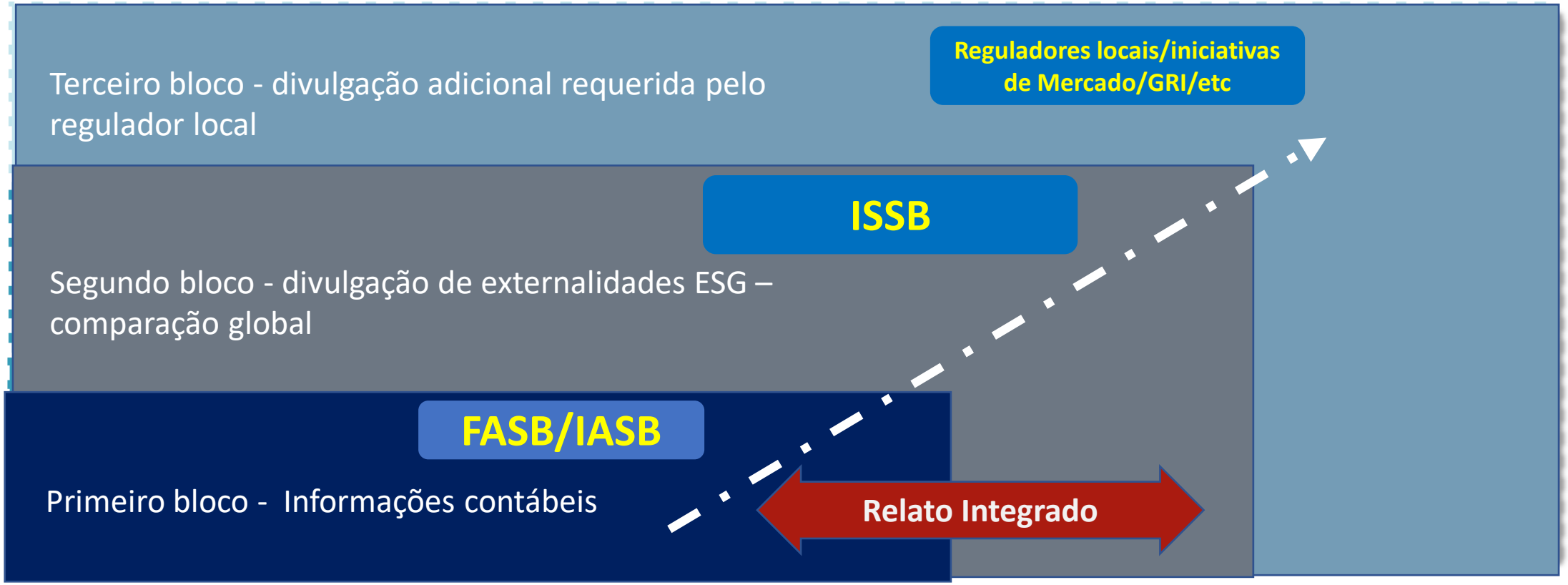
Junho de 2021

IOSCO

SEC e Parlamento Europeu NÃO SÃO REGULADORES GLOBAIS – 3º. bloco

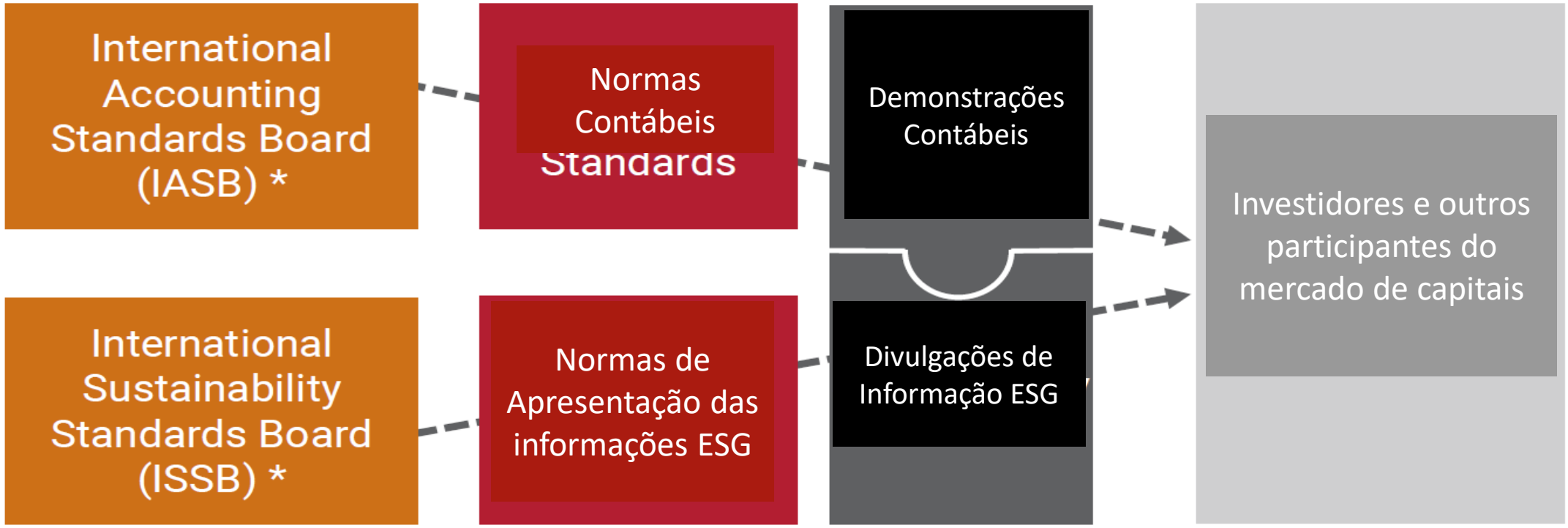
Estrutura “Building Blocks”

Abordagem de normas compatíveis e base global



IFRS Sustainability Disclosure Standards will focus on investor needs but will be compatible with jurisdictional requirements to meet broader stakeholder-information needs.

Estrutura normativa da IFRS Foundation



* IIRC atua como órgão consultivo para o IASB e o ISSB com relação à conectividade da informação via conceitos e princípios orientadores do Relato Integrado

Integrated reporting resources – IFRS Foundation use

Integrated Reporting Framework	The IASB and ISSB will jointly assume responsibility for the Integrated Reporting Framework
Building on Integrated Reporting Framework	The IASB and ISSB will work together to determine how to build on the Integrated Reporting Framework in their standard-setting work
Integrated Reporting & Mgmt Commentary	The Boards will seek opportunities to further align the Integrated Reporting Framework and Management Commentary
Corporate Reporting Framework	The Boards envisage a long-term role for a corporate reporting framework

Use of Integrated Reporting Framework

IFRS Foundation encourages continued use of the Integrated Reporting Framework and the Integrated Thinking Principles underpinning it

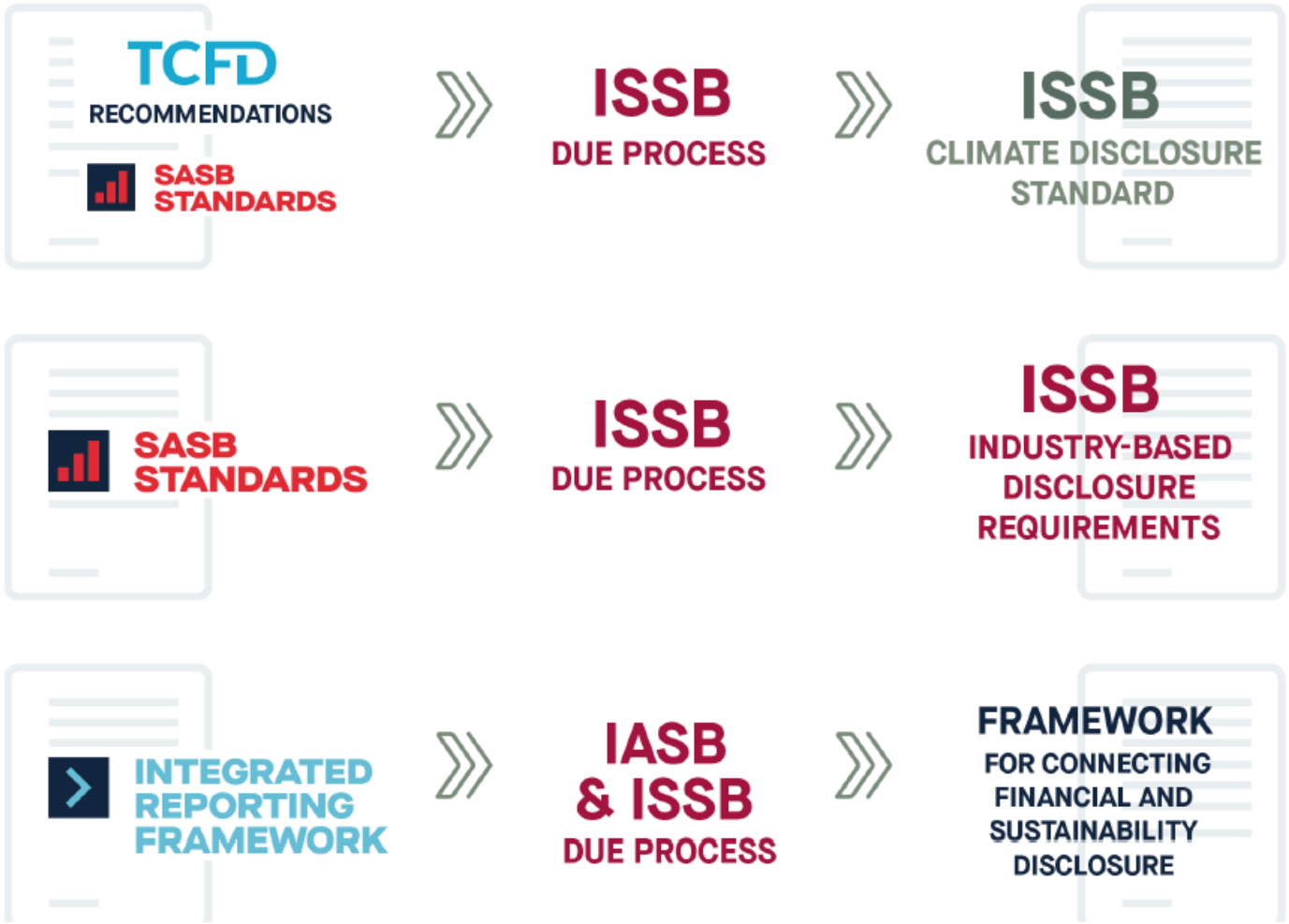
- Drives high-quality corporate reporting
- Connects financial statements and sustainability-related financial disclosures
- Improves the quality of information provided to investors

Integrated Reporting and Connectivity Council

Council will advise on:

- How IASB and ISSB reporting requirements should be integrated
- How principles of the Integrated Reporting Framework should be considered
- Driving connectivity, to provide coherent reporting packages to jurisdictions.

Aproveitamento dos Padrões Existentes



Tendência de Regulamentação - Brasil

TCU

- Lei 13.303/16
- Experimento Ministério da Fazenda
- DNs 170/18, 178/19 e 187/20
- IN 84

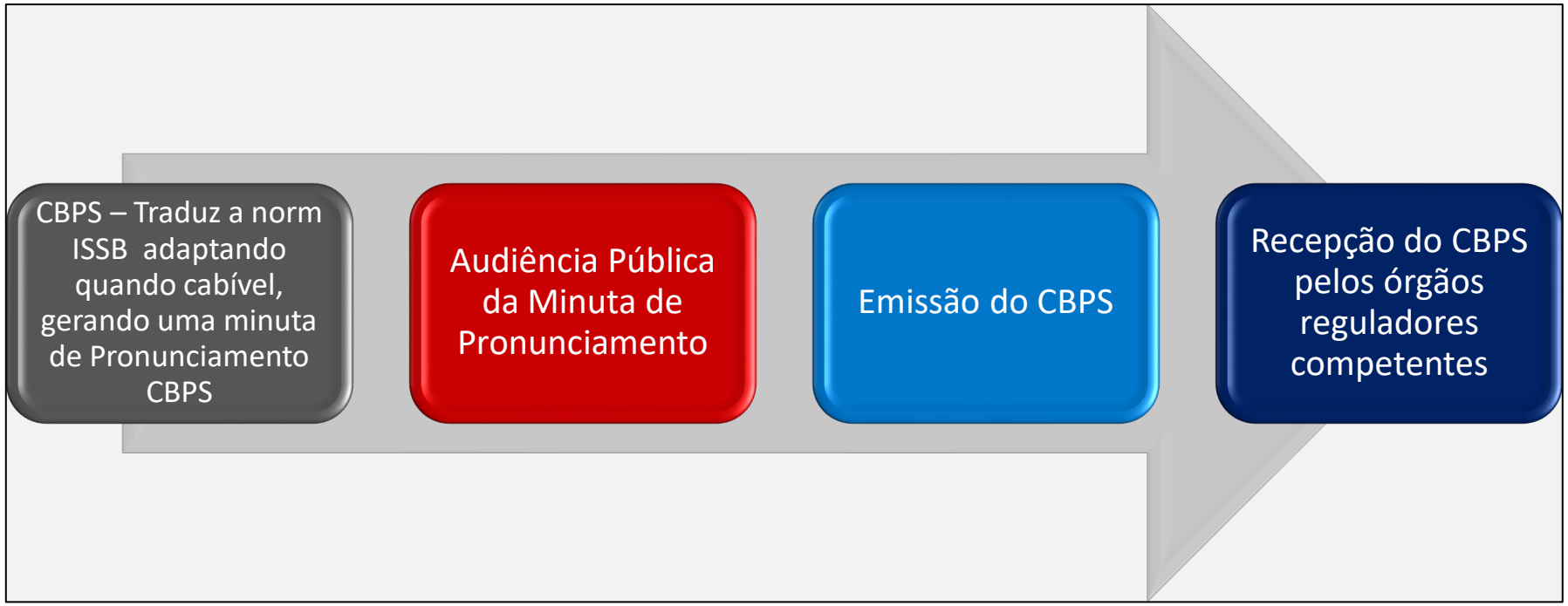
CVM

- Iniciativa CFC CTG 09
- OCPC 09
- Resolução 14/2020
- Revisão Limitada
- Revisão do Formulário de Referência

BACEN

1. Resolução 4.945/2021 - PRSAC
2. Instrução Normativa 153/2021, do divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC).
3. Resolução 139/2021, divulgação do Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (Relatório GRSAC).

O CBPS
COMITÊ BRASILEIRO DE PRONUNCIAMENTOS DE SUSTENTABILIDADE



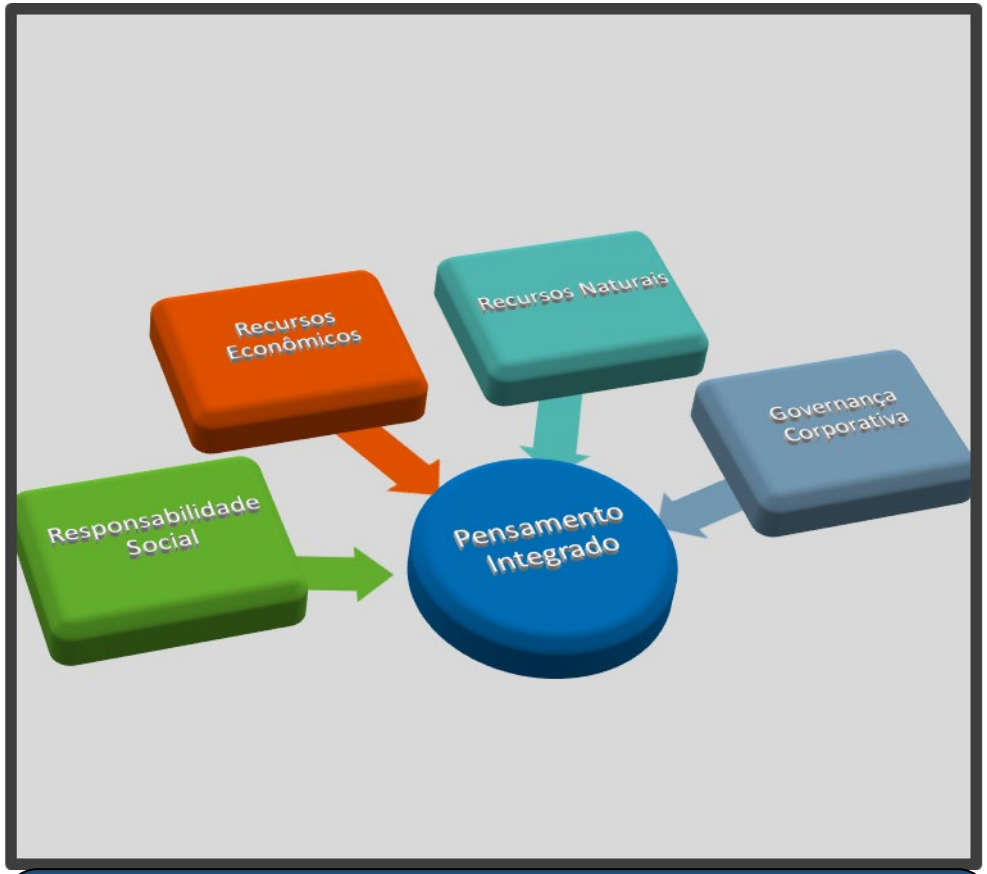
Desafios:

Mudança de Cultura

Informação Narrativa

Formação Profissional

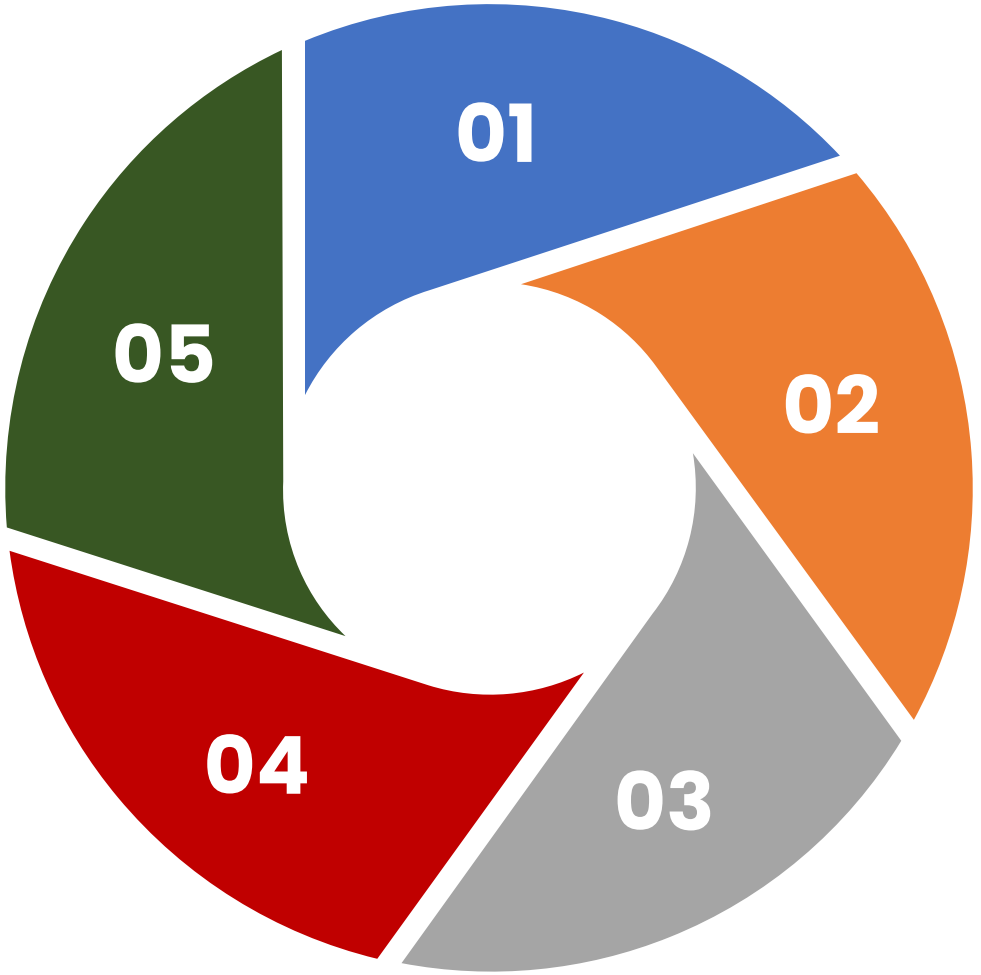
Ausência de Métricas e Asseguração



Gestão Integrada

Requerimentos mínimos

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE



ÉTICA

Principio Fundamental

Formação Profissional

Professores

Profissionais

Nova Geração

Tecnologia

Alcançar o inalcançável com imparcialidade e segurança

Coalisão

Não é hora de competir

Inovação

Não é porque é novo e diferente que tem que ser ruim

A Comissão Brasileira de Aacompanhamento do Relato Integrado

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

- Promoção do Programa Piloto
- Link com o Mercado
- Difusão de Conhecimento
- Membro do Conselho do IIRC

Reuniões trimestrais

734 participantes registrados

São Paulo e Rio de Janeiro

6 Grupos de Trabalho

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

Grupos de Trabalho

Coordenação

GT1 – Treinamento

Entidades Credenciadas

GT2 - Comunicação

Empresas de Mídia

GT3 – Investidores/Diretores Financeiros

GT4 – Pequenas e Médias Empresas

Associações

GT5 – Academico

Universidades

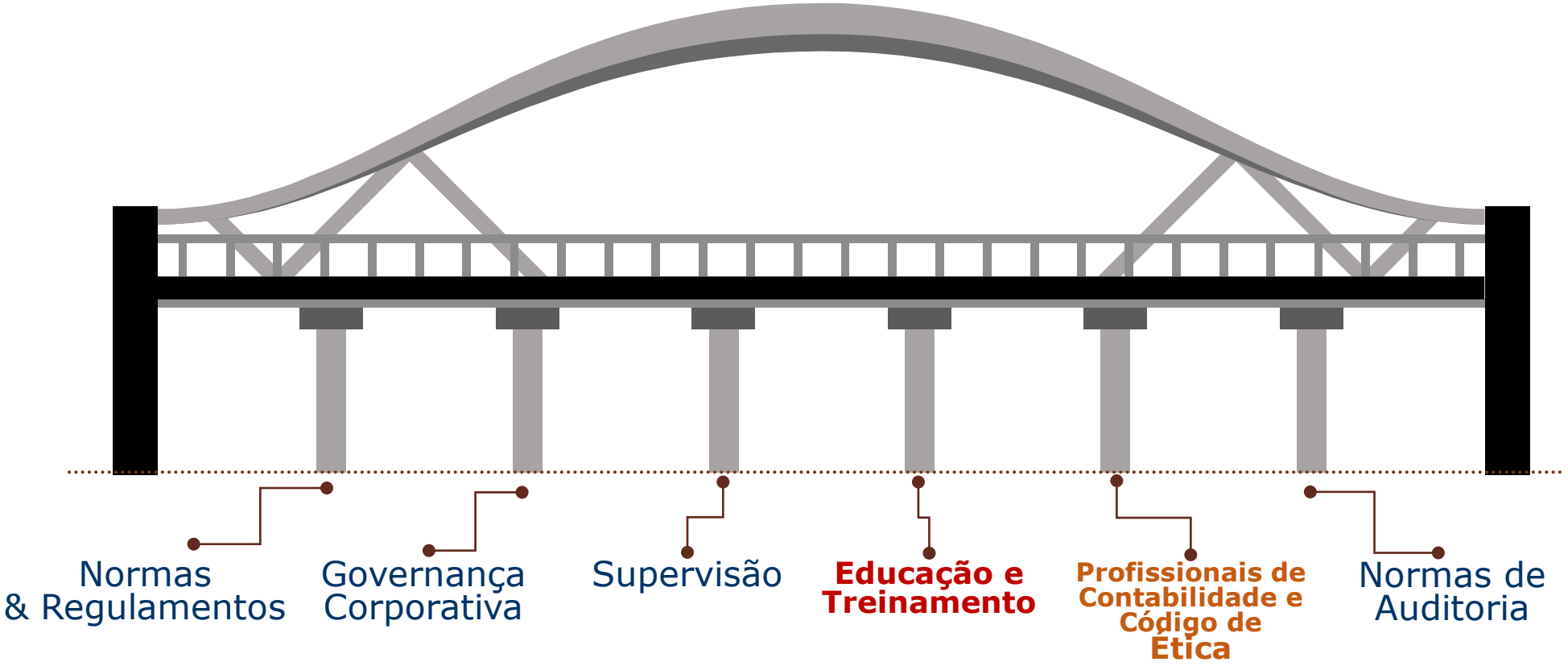
GT6 - Empresas Estatais

GRI

Boa Norma não é o bastante!

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

Necessidade de Pesquisa Acadêmica



ÓRGÃOS DE CONTROLE

1. Porque o próprio IIRC não assumiu a responsabilidade de estabelecer as normas de sustentabilidade? O IIRC irá acabar? -

O IIRC não é uma organização formalmente constituída com estrutura, governança, funcionários e propósitos estratégicos. Ele é uma coalisão de organizações que se uniram com o propósito de criar uma Estrutura Conceitual Básica (Framework) para relatórios de sustentabilidade que pudessem ser evidenciados nos relatórios financeiros. Nunca foi sua intenção se tornar responsável pela normatização de tais relatórios ou se perpetuar como instituição independente. Sua associação com a SASB em 2020 (que resultou na VRF – Value Reporting Foundation) e sua incorporação pela IFRS Foundation através da ISSB colocam o IIRC em uma posição estratégica ideal para continuar a exercer sua missão de gerar informações de sustentabilidade, de acordo com os princípios de pensamento integrado, correlacionadas com as informações financeiras.

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

2. Qual a diferença entre “framework” e “standards” ?

Usando o paralelo de um quadro, o framework é uma moldura para um relatório, mas não estabelece o conteúdo a ser apresentado. O framework indica os parâmetros básicos: piso, teto, amplitude – O QUÊ reportar e não o COMO. Na contabilidade, o framework define o que é ativo, passivo, receita, gasto, características qualitativas, etc., o standard é o que irá estabelecer os critérios de quando reconhecer, por qual valor, qual o ganho (ou perda) gerado pelo ativo ao longo do tempo e sua eventual baixa pela venda, uso ou desvalorização.

3. Se existiam tantas iniciativas de reporte de sustentabilidade antes do ISSB, porque a missão de normatização dos mesmos não coube a nenhuma delas?

Embora as instituições já existentes tenham contribuído sensivelmente para a consolidação da credibilidade dos relatórios de sustentabilidade, a mudança de patamar a para relatórios mandatórios requer um nível de confiança entre os reguladores e a entidade normatizadora. Tal relacionamento já existe em relação à IFRS Foundation em função do trabalho já desempenhado em relação às normas contábeis.

4. Se uma empresa já utiliza padrões destas outras entidades, como GRI, SASB, etc., vai precisar recomeçar do “zero” com as ISSBs?

Não! A ISSB já anunciou que pretende aproveitar aquilo que já foi desenvolvido pelas entidades independentes e tem comprovado tal intenção ao incorporar o IIRC, o SASB, o CDSB e firmar convênios com o TCFD e o GRI.

5. Com o ISSB os elementos de sustentabilidade passarão a ser contabilizados nos relatórios das empresas?

Não. Neste momento, o ISSB estabeleceu como propósito a elaboração de normas de “apresentação das externalidades do negócio”, ou seja, decisões foram tomadas pela gestão do negócio, qual o seu efeito sobre os elementos ambientais, sociai e de governança. No futuro, com o aprendizado gerado pela proposta da ISSB, pode ser que se tenha segurança para o registro formal de alguns elementos de sustentabilidade.

6. Ausência de contabilização formal queria espaço para que a empresa seja omissa ou fraudulenta ao divulgar informações de sustentabilidade?

Não, a ausência de contabilização não implica em ausência de divulgação de informação de uma forma evidenciável, facilitando sua futura asseguração por auditor independente

7. Já existe norma de auditoria para asseguração dos relatórios ISSBs?

O IAASB (International Auditing and Assurance Standards Board), órgão internacional de normas de auditoria, já reformulou uma de suas normas a fim de orientar auditores independentes na asseguração de informação de natureza não contábil, incluindo relatórios de sustentabilidade. O crescimento do conceito do Relato Integrado e a criação da ISSB resultou, ainda, na aceleração do processo de construção de uma norma específica para sustentabilidade que, no futuro, terá critérios de asseguração com o mesmo nível de razoabilidade hoje usufruído pelos relatórios contábeis.

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

8. O que é o modelo de “Building blocks” a ser adotado pela ISSB?

O modelo de “blocos de construção” prevê que os relatórios corporativos serão construídos em camadas (a exemplo dos blocos educativos usados na educação infantil). A primeira camada será a informação contábil – para a qual a empresa já tem sistemas, metodologia, padrões, etc. A segunda camada, será a norma global de relatório de sustentabilidade do ISSB – divulgando as externalidades do negócio sobre os elementos ESG, usando os critérios do Relato Integrado para vincular a informação contábil com a de natureza ESG. A terceira camada será estabelecida pelo regulador de cada país, requerendo detalhes que sejam característicos de cada mercado/jurisdição, contribuindo para uma maior utilidade local sem comprometer o caráter de comparação global proporcionado pela ISSB na segunda camada.

9. A SEC (Securities and Exchange Commission) e o Parlamento Europeu também estão com consultas públicas sobre relatórios de sustentabilidade. Trata-se de uma concorrência com a proposta da ISSB? –

Não, como vimos na pergunta anterior, os reguladores locais como SEC (mercado americano), EFRAG (mercado europeu), CVM/BACEN/SUSEP/ANEEL, etc. (mercado brasileiro), entre outros, são chamados a acrescentar requerimentos que considerem fundamentais para a sua jurisdição. Mercados mais maduros em reporte de sustentabilidade como o europeu tendem a requerer mais informações que os demais. A estrutura estabelecida pelo ISSB procura respeitar (porém estimulando) o fato de que nem todos os países estão no mesmo nível de capacidade de reporte das questões ESG. O maior nível de abrangência apresentado pelas divulgações jurisdicionais serão bons modelos para aqueles que ainda precisam construir seus controles.

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

10. Qual a diferença entre “materialidade simples” e “dupla materialidade”, que parece ser uma questão controversa entre ISSB e modelo europeu?

O conceito de “materialidade simples” é o já adotado atualmente nos relatórios contábeis. Estabelece que a empresa precisa reportar o efeito que o ambiente no qual está inserida exerce sobre o seu negócio. Por exemplo, a empresa precisa reportar qual o efeito que um aumento do câmbio/taxa de juros, crise do petróleo ou sanitária, etc. tiveram sobre o seu negócio. Tal consideração é algo já esperado nos relatórios corporativos. O que o ISSB incluirá é a incorporação dos elementos ESG em tal análise. Na dupla materialidade, a empresa apresenta, ainda, o efeito que o seu negócio/produto exerce sobre o ambiente em que está inserida. Embora o ISSB não proíba a divulgação desta visão adicional, entende que a sua exigência sem um devido preparo anterior através da discussão de conceitos e métricas que fossem acordados como apropriados para realizar tal medição acabaria por tornar os relatórios instrumentos para que as empresas defendam suas posições via comparações/acusações de seus concorrentes, o que reduziria o propósito de indução de comportamento perseguido pelos relatórios. Como o mercado europeu já tem experiencia no reporte da dupla materialidade, já prescrito pelo GRI, espera-se que tal requerimento faça parte da regulamentação européia, servindo de base para que a ISSB possa estender o mesmo conceito aos demais países em um momento futuro.

11. Porque o ISSB só está abordando questões climáticas nesta primeira consulta pública? As outras questões ESG não são importantes?

as questões de natureza climática têm precedência em relação aos demais fatores pela sua urgência. O mundo já está vivendo consequências drásticas resultantes da elevação da temperatura do planeta. Decisões precisam ser tomadas a este respeito e estas decisões precisam de respaldo confiável pois não haverá uma segunda chance. Daí a ISSB ter estabelecido o relatório de questões climáticas como o seu primeiro ponto de normatização. Uma segunda razão para tal escolha é o fato de que a abordagem a ser utilizada pelo ISSB (baseada no TCFD) é tem produzido efeitos bastante positivos reconhecidos por um grande número de países, acelerando o processo de normatização/regulamentação. Finalmente, acredita-se que as questões climáticas são transversais... desta forma, ao resolvê-las, já se estará adiantando grande parte das outras questões relacionadas à sustentabilidade.

INTEGRATED REPORTING
REGIONAL COMMITTEE

12. Como o fluxo de regulamentação das ISSBs se dará no Brasil? E qual o papel dos analistas de mercado?

O ISSB não tem poder regulatório no Brasil (ou em qualquer outro país). Para que as normas ISSB sejam requeridas, será necessário um processo equivalente ao atualmente utilizado para as normas contábeis produzidas pela IFRS Foundation. Desde sua criação, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC tem desempenhado o papel fundamental de traduzir a norma IFRS adequando-a à realidade do mercado/regulação brasileira obedecendo a um "devido processo" e oferecendo o Pronunciamento resultante para que os reguladores brasileiros possam recepcioná-lo dentro do seu próprio arcabouço legal. Um fluxo equivalente será seguido pela CBPS – Comissão Brasileira de Pronunciamentos de Sustentabilidade, recentemente criado pela Fundação de Apoio ao CPC para tal finalidade. Os analistas de mercado têm um papel relevante a desempenhar: seu elevado conhecimento técnico os coloca em uma posição estratégica como membros integrantes do CPC e do CBPS, maximiza sua contribuição durante o processo de audiência pública/discussão das minutas de normas, ajuda a educar as empresas/agentes de mercado/investidores/formadores/mídia especializada com suas críticas/comentários estimulando mudanças; e promove a estabilidade do mercado. Com tal perfil, os analistas não apenas podem ajudar a regulamentação de relatórios de sustentabilidade, mas também acelerar os efeitos que, de outra forma, consumiria um tempo que não podemos nos dar ao luxo de desperdiçar!